


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009194-53.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **ROSANA APARECIDA TUFIN BUENO DE ARAUJO**
 Requerido: **LOJAS CEM S.A. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um telefone celular na loja ré, fabricado pela corré, o qual ao longo do tempo apresentou vícios de fabricação.

Alegou ainda que ele foi encaminhado à assistência técnica mas foi devolvido sem o devido conserto.

Almeja à rescisão da transação de início mencionada e à devolução do preço pago pelo bem.

A certidão de fl. 65 dá conta de que o aparelho comprado pela autora está funcionando normalmente.

Nesse contexto, a pretensão deduzida não pode prosperar.

Com efeito, a circunstância do aparelho em apreço ter apresentado vícios de fabricação não assume maior relevância se eles foram a final consertados.

É razoável o tempo em que o oficial de justiça analisou o aparelho e nenhuma anormalidade foi constatada.

É certo, outrossim, que em nenhuma das oportunidades em que foi encaminhado à assistência técnica lá permaneceu por mais de trinta dias, como se extrai do relato de fl. 01.

A ré dispunha desse prazo para sanar eventuais

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

vícios (art. 18, § 1º, do CDC).

Em consequência, levando em consideração o cumprimento da obrigação que incumbia à ré e não se detectando mais nenhum problema no funcionamento do produto, a autora não faz jus à rescisão da compra que realizou.

Tal negócio implementou-se validamente e o bem agora funciona de forma regular, de sorte que inexistente suporte para a modificação do status quo.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**